



## APRESENTAÇÃO

### DESAFIOS DA ALTERIDADE

Este volume reúne, em dez capítulos, textos que fazem parte da produção recente dos alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGA-UFS). Conta, ainda, com a importante colaboração de mais duas colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ) e do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com as quais temos mantido um permanente e intenso diálogo.

Para articular um conjunto tão diversificado de trabalhos, tanto em conteúdo, quanto em suas perspectivas teóricas e linhas de investigação, tomamos como fio condutor o eixo temático que orientou os debates da Semana de Antropologia da UFS: a alteridade e seus desafios, que, não por acaso, perpassam, em maior ou menor medida, as discussões atuais no campo da antro-

pologia. Os debates presentes nesta coletânea reconhecem, portanto, a urgência de se levar a sério as preocupações antropológicas em torno do diverso, do diferente, de nossos muitos outros, enfim, nestes tempos de crescente intolerância e violência.

Reconhecemos, além disso, que pensar, compreender e dialogar com a diferença é uma ocupação em tempo integral da antropologia, quase uma identidade de nosso campo profissional. A despeito das muitas controvérsias, rupturas, readequações e contraperspectivas políticas e epistemológicas adotadas, a relação com a alteridade – distanciada ou familiar, radical ou tradutora – é um diacrítico perene, e sempre renovado, da disciplina. É essa tradição dialógica que nos permite e nos motiva a construir, na presença do outro, o saber antropológico.

Entre os dias 21 e 24 de novembro de 2017, reuniram-se, no Campus São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe, estudantes, professoras e professores de diferentes campos do saber e de diversas instituições do Brasil, lideranças indígenas e representantes de movimentos sociais, em torno da Semana de Antropologia da UFS. Desafiados a debater a alteridade, os participantes se debruçaram sobre os diversos aspectos desse tema amplo. Discutiram-se questões da antropologia sergipana e nordestina, gênero e sexualidade, relações entre saberes tradicionais e conhecimento científico, relações entre humanos e não humanos, diálogos inter-religiosos, patrimônio cultural, cultura material, política, processos identitários e relações de poder. Assim, esta coletânea traz a público alguns dos trabalhos que foram apresentados durante a Semana de Antropo-



logia da UFS – da lavra de mestrandos, mestres e professores do PPGA e de colegas de outras instituições – além de outros artigos que consideramos enriquecedores para o diálogo aqui proposto.

Da Conferência de Abertura da Semana de Antropologia, saiu o capítulo que abre este volume, o ensaio de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, com o título “A iniciação antropológica”. No texto, a autora recupera a relação entre a pesquisa antropológica e os rituais da vida social, além de refletir sobre sua própria trajetória de iniciação à antropologia como forma de chamar a atenção para a importância da vivência integral e da (inter) subjetividade em campo, tendo como pano de fundo (ou em primeiro plano) as pesquisas que realizou acerca do espiritismo kardecista e sobre o mundo do carnaval. Maria Laura aponta para a multivocalidade dos fenômenos sociais e para a própria complexidade das relações em torno do que chamamos de alteridade: o *outro*, para os espíritas kardecistas, pode, eventualmente, segundo a autora, ser “nós mesmos, vindos de insuspeitas encarnações anteriores”.

Em uma perspectiva semelhante, ao discutir questões epistemológicas sobre a etnografia e os desafios de se compreender a alteridade, no capítulo “Etnografia e política: notas sobre os dilemas éticos e desafios metodológicos na aplicação dos inventários para registro do patrimônio imaterial”, Leonardo Leal Esteves reflete sobre a atuação das antropólogas e dos antropólogos nas pesquisas encomendadas pelo poder público para a realização de inventários e registros do patrimônio imaterial. O autor discute as dificuldades de utilização da metodologia do Inventário Nacional de Referências

Culturais (INRC), os dilemas éticos e o histórico de frustrações de seus interlocutores em torno das políticas de patrimônio. Tendo em vista o caráter instrumental e burocrático da metodologia instituída pelo IPHAN e os questionamentos levantados acerca das políticas de patrimonialização, Leonardo Esteves busca refletir sobre o próprio papel político de antropólogos e antropólogas nessas atividades.

Patrimônio e disputas políticas em torno da representação do outro também são temas do terceiro capítulo, que tem como título “Atribuição de sentido e valor: algumas considerações sobre o caso do Registro da Cachoeira de Iauaretê como patrimônio cultural do Brasil”. Nesse trabalho, Marina Zacchi analisa possibilidades e limites de conceitos que passaram a ocupar um lugar central nas políticas de patrimônio nos últimos anos, como a noção de “referência cultural”. Buscando refletir sobre a complexidade e o dinamismo do mundo social, a autora chama a atenção para o emprego da categoria de interação social no campo do patrimônio. A partir do caso do Registro da Cachoeira de Iauaretê como patrimônio imaterial pelo IPHAN, em que diversos povos indígenas disputavam narrativas e reivindicavam pertencimento ao território, Marina Zacchi propõe uma reflexão acerca do patrimônio enquanto um campo processual e busca revelar parte das tensões inerentes ao tema.

No capítulo intitulado “Quem manda na nação é a terra e a maré: moradores e pescadores na luta pela terra na Vila do Estevão, litoral do Ceará”, Ana Luísa Lisboa Nobre Pereira e Frank Marcon discutem o processo de regularização fundiária do território e a sua relação com a construção coletiva de identificação a partir do caso



da Vila do Estevão, localizada em Canoa Quebrada, no Ceará. O trabalho, que é fruto da pesquisa de mestrado, defendida em 2017 por Ana Luísa Pereira, e das discussões realizadas por mais três anos entre os autores, trata das disputas em torno da identidade e da luta da comunidade para reconhecimento da titulação legal de seu território. No artigo, Ana Luísa Pereira e Frank Marcon analisam o processo de construção de uma identidade coletiva dos moradores e a reivindicação dos seus direitos com base nos discursos acerca do uso tradicional do território e da relação com o meio ambiente frente ao poder econômico e aos interesses de outros agentes sociais da região.

9



Questões semelhantes são trazidas no quinto capítulo, de autoria de Diego Bragança de Santana. No artigo “Reintegração de posse: ação coletiva, memória e ciberespaço”, o autor trata das diferentes estratégias de ativismo utilizadas por indivíduos que buscavam se articular, como forma de garantir o direito à moradia na capital de Sergipe, Aracaju. Neste trabalho, resultado de sua dissertação de mestrado, em que utilizou amplamente recursos da antropologia visual, Diego Santana apresenta uma rica narrativa das redes de solidariedade e dos processos de associativismo utilizados por diversas famílias como forma de resistir à violência do aparato do Estado a que eram permanentemente submetidas.

No sexto capítulo, escrito por Ana Paula de Oliveira Barros e Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia, o foco são as relações de poder relativas às questões de gênero. No ensaio intitulado “Homens e mulheres produtores de HQ: olhares e discursos sobre o corpo e a

sexualidade feminina”, os autores propõem uma análise comparativa entre os padrões discursivos masculinos e femininos acerca do corpo e da sexualidade da mulher. Ao observar imagens presentes em HQs eróticas elaboradas por homens e mulheres, Ana Paula Barros e Luiz Gustavo procuram refletir sobre a atuação das quadrinistas frente aos discursos masculinos hegemônicos sobre o feminino, seu corpo e sua sexualidade.

Uma análise comparativa de outra ordem é apresentada no sétimo capítulo. No texto “Criação e processamento de dados sobre a morte em perspectiva comparada Brasil-Benim”, de autoria de Hippolyte Brice Sogbossi, Adalúcia de Aragão, Rubianne do Carmo Jesus da Silva e Acsa Lysley, são apresentados resultados parciais do projeto de pesquisa em andamento sobre a morte entre membros de religiões de matriz africana no Brasil e no Benim. Propondo um estudo comparativo entre diferentes rituais funerários, os autores apresentam uma compilação dos múltiplos sentidos associados ao fenômeno da morte nessas sociedades e a complexidade de atitudes em torno dessa temática.

O capítulo de autoria de Ugo Maia Andrade, intitulado “Distribuindo a pessoa: agência e materialidade em uma cosmologia amazônica”, é fruto de releituras consecutivas de material etnográfico que o autor vem produzindo, por meio de etapas distintas de trabalho de campo, desde suas pesquisas iniciais para a tese de doutoramento. Trata-se da cosmologia de povos indígenas da região do rio Uaçá e baixo Oiapoque, no norte do estado do Amapá. Em diálogo com o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro e com os debates em torno das relações entre humanos e não huma-



nos, de Tim Ingold, o autor nos traz um relato etnográfico acerca do xamanismo e da cosmologia dos povos indígenas da região, em que artefatos rituais, seres vivos e invisíveis e o que chamamos de fenômenos da natureza são, eventualmente, pessoas, uma relação que orienta as diversas práticas desses povos e oferece, para nós, outros sentidos para o que compreendemos enquanto alteridade.

Em “Canto e encanto no encontro do aratu com o humano”, Genilson Conceição Ferreira e Beto Vianna, a partir do trabalho etnográfico realizado por um dos autores como parte de seu mestrado em antropologia, refletem sobre o espaço relacional criado a partir do encontro das catadoras de aratu com esses caranguejos nos manguezais de Porto do Mato, em Sergipe. Entoadado pelas catadoras, o canto é elemento decisivo no encontro interespecífico, facilitando e desencadeando a interação, na descrição das catadoras. Ao discutir um mecanismo explicativo para a relação entre o humano e o não humano e o papel do canto (e do escutar o canto), utilizando a epistemologia da escola chilena conhecida como Biologia do Conhecer, Genilson e Beto propõem uma reflexão sobre o que entendemos por percepção, sobre o que deve acontecer para que nós, observadores humanos, possamos descrever a relação entre dois organismos, e sobre o papel das explicações científicas em um relato como esse.

O capítulo que fecha esta coletânea nasce da Conferência de Encerramento da Semana de Antropologia da UFS: “A morte do reitor da UFSC e a conjuntura política”, apresentado na ocasião por Miriam Grossi e transcrito, aqui, pela mesma autora. Trata-se de um rela-



to dramático sobre o processo de prisão e os acontecimentos que culminaram na morte do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, da UFSC, no dia 2 de outubro de 2017. A autora chama a atenção para a trágica conjuntura política que vivemos neste momento no Brasil após e durante um golpe midiático e parlamentar com inúmeros retrocessos sociais, inseguranças, incertezas, controle ideológico e ataque sistemático de diversas ordens às universidades públicas e ao campo tecnológico e científico do país, orientados claramente para o estabelecimento de um projeto político que prioriza o atendimento dos interesses econômicos de grandes corporações e do capital internacional.

12



Esperamos que os textos que compõem este volume sirvam para que possamos aprofundar os debates e enfrentar os desafios que julgamos importantes na antropologia e no afazer científico em geral. Não apenas diante da conjuntura política e cultural que vivemos no Brasil (o que seria razão suficiente para prestarmos mais atenção às alteridades), mas, de forma continuada, para uma prática antropológica responsável e, principalmente, para o resgate de uma convivência prazerosa com o diferente, em que a presença do outro é uma oportunidade de crescimento, e não motivo de ressentimento. Se à primeira vista parece pouco promissor encerrar a coletânea com um capítulo tão sombrio, pensamos, ao contrário, que toda adversidade, se colocada à disposição do debate e da reflexão, é uma chamada para a ação: um desafio.

Aracaju, 1º de abril de 2018

Leonardo Esteves e Beto Vianna, organizadores.